

VIII Simpósio Nacional de História Cultural
**MEMÓRIA INDIVIDUAL, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA
CULTURAL**

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Araguaína - TO

14 a 18 de Novembro de 2016

**OS IMPACTOS SÓCIOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE ILHA DE
SÃO JOSÉ NO MUNICÍPIO DE BABAÇULÂNDIA/TOCANTINS PELA
UHE ESTREITO-MARANHÃO E A RE-TERRITORIALIZAÇÃO NO
ASSENTAMENTO BAICHÃO**

Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho*
Airton Sieben (Orientador)

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão pretende interpretar a situação da comunidade rural da Ilha de São José localizada no município de Babaçulândia/Tocantins que foi desterritorializada pela implantação da Hidrelétrica de Estreito – Maranhão que após o enchimento do lago houve a necessidade de realocar os moradores em outra localidade, no Assentamento Baichão no mesmo município. Em virtude disso, a comunidade pode ter sofrido perdas e consequências irreparáveis.

A investigação tem como principal objetivo, interpretar os impactos sócios territoriais causados à comunidade rural da Ilha de São José no município de Babaçulândia, estado do Tocantins, hoje submersa. Visa também, revelar as mudanças

* Graduada em Pedagogia pela Universidade do Tocantins-UNITINS. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Acadêmica do Programa de Especialização Lato Sensu em Educação, Pobreza e Desigualdade Social EPDS pela Universidade Federal do Tocantins- UFT. Acadêmica do Programa de Mestrado em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins. Professora da Educação Básica- SEDUC-TO. Gestora de Unidade Escolar Estadual Welder Maria de Abreu Sales/ Araguaína- Tocantins E-mail UFT. E-mail: grazipitombeira1@hotmail.com

sociais ocorridas na comunidade da Ilha de São José na área da educação, apresentando as mudanças pedagógicas advindas após a realocação devido ao alagamento de seu território de origem.

Justifica-se a realização desta, pelos vínculos afetivos da pesquisadora com a região, e pela relevância científica e social que poderá contribuir para a preservação das histórias e memórias culturais da população atingida, tendo o anseio de conhecer e levar a reflexão de moradores, acadêmicos e sociedade em geral, a nova realidade da comunidade da antiga Ilha de São José, que tinha grandes potenciais históricos e turísticos na região. Acredita-se que este estudo possa servir de parâmetros para pesquisas futuras, e contribuir, através da pesquisa, com a implantação de ações políticas advindas das esferas públicas e privadas inerentes às necessidades dos atingidos pelo alagamento do território da comunidade rural da Ilha de São José.

Para compreender os impactos da mudança territorial acarretada pelo alagamento da comunidade rural Ilha de São José, deve-se, antes de tudo, conhecer a realidade anterior à construção da UHE, sendo necessário conhecer a base histórica desta comunidade, saber como viviam as famílias, como eram as moradias, a economia, a localização e a estrutura física e educacional da escola situada na ilha e como ela funcionava. Saber ainda quais as políticas públicas implementadas na comunidade na área da educação e como era feito o trânsito dos moradores até o município de Babaçulândia/TO. É preciso também verificar além de todo o contexto espacial em que estavam inseridos, quais as benéficas para a população reterritorializada no âmbito cultural, social e educacional ofertados pela poder público e quais as dificuldades enfrentadas na localidade em função da ruptura sofrida após a des-reterritorialização e como o poder político atuou para minimizar os impactos ocasionados pela Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Tomar-se-á como referência autores como Saquet (2007), Haesbaert (2004), Fazenda (1993), Becker (2004), Castells (2003), para a discussão e teorização da pesquisa. No entanto, buscar-se-á investigar as questões sócio territoriais, por meio de um estudo de caso, baseado nas concepções de Ludke e André (1986), que visa à descoberta, buscando revelar o contexto da comunidade impactada a partir da interpretação não generalizante, numa pesquisa de abordagem qualitativa de acordo com Uve Flick (2009, p.8) que relata que esta abordagem busca esmiuçar a forma como as

peças constroem o mundo à sua volta e que as interações do pesquisador com as fontes orais e documentais são processos que constituem artefatos sociais.

Dessa forma, se pretende interpretar o fenômeno das alterações na vida dos moradores do Assentamento Baichão, antigos habitantes da Ilha de São José, através de entrevistas estruturadas e semi - estruturadas com os impactados, com representantes de órgãos públicos Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Associação de Moradores, e empresa responsável pelo o empreendimento. Para análise da percepção dos ribeirinhos, serão feitas observações *in loco* e será realizada análise de documentos oficiais, como, relatórios, atas, registros, documentários etc., sendo, que as entrevistas terão roteiro previamente elaborado, e serão registradas por meio de fotos, vídeo e gravação em áudio.

Para tanto, será necessário realizar uma revisão bibliográfica do tema para realização da dissertação de mestrado, bem como, a problematização de um corpo bibliográfico de caráter teórico e metodológico para efetuar a interpretação e a discussão dos dados, e fazer um levantamento junto aos sujeitos afetados com as referidas mudanças territoriais, de modo a conhecer, por meio de seu próprio ponto de vista, quais são as mudanças positivas e negativas infligidas pela impossibilidade de permanecer em seu lugar de origem, e que avaliações fazem de tais mudanças.

Ao avaliar a problemática sócio territorial ocasionado à comunidade da Ilha de São José, tem-se como proposta traçar um quadro amplo da nova realidade à qual foi submetida através da realocação em área de assentamento. Desse modo, pretende-se compreender a problematização teórica com vistas a lançar luz sobre como estes fatores ocasionados pela implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito afetaram a vida e a rotina da comunidade de forma direta e indireta.

Tem-se como hipótese que a realocação para um espaço totalmente novo consistirá em empenho contínuo desta população para se adaptar à nova realidade. Apesar das indenizações, imputa-se às autoridades o dever de fazer uma avaliação reflexiva com ações permanentes para proceder à execução dos projetos que atendam as necessidades de expansão através do menor impacto possível.

Pelas questões sociais que serão abordadas, é perceptível que as comunidades ribeirinhas criam, dentro do espaço geográfico que ocupam e na convivência de anos, uma rotina de gerações, seja pelos vínculos afetivos com o território e com as pessoas,

seja pelos fatores econômicos, educacionais e culturais construídos ao longo do tempo. Pois as raízes históricas, antigas, míticas e étnicas dos povos, tornam o território palco de diversas atividades tradicionais, tornando-os com direitos sobre eles tendo estes moradores profundos sentimentos pelo lugar, pelas paisagens e rios, pela moradia, no modo de ser de cada um e nas atividades cotidianas.

Numa forma simples de ver e seguir a vida, muitas vezes não compreendendo as ações que regem as questões de desenvolvimento e os interesses do capital privado e do poder político, que idealizam, executa e gerencia a construção de usinas hidrelétricas, que são justificadas em nome do progresso, do desenvolvimento regional e do bem-estar das comunidades. Porém com imensos impactos causados ao meio ambiente e às populações atingidas, indicando a presença de visões divergentes.

A ILHA DE SÃO JOSÉ E A DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO DOS RIBEIRINHOS

O acesso à ilha se dava por meio de barcos que saíam do porto de Babaçulândia e após aproximadamente uma hora de viagem o rio era bipartido pela fértil Ilha de São José, com doze quilômetros de extensão da ponta de cima até a ponta de baixo e seis quilômetros de largura na parte central, sendo afinada nas duas pontas. Essas medidas variavam conforme o volume de água no rio.

Como o rio Tocantins se dividia em dois braços, chamavam os dois lados da ilha, as beiradas da ilha, de braço direito, com vista para as serras e morros na margem do Estado do Maranhão, e braço esquerdo, que ficava de frente para a margem do Estado do Tocantins.

Na Ilha, de acordo com um banco de dados do Consórcio CESTE, havia 90 famílias moradoras da zona rural, Ilha de São José, atualmente realocadas para o assentamento Baichão, local a 20 quilômetros do município de Babaçulândia Tocantins, que foi viabilizado pelo poder público municipal e pelo o consórcio responsável pela idealização da usina para subsidiar os reparos territoriais aos moradores e alocar os ribeirinhos.

Neste sentido, mesmo diante de projetos de realocação de populações, urge compreender de forma sistemática o que aquele espaço representava para a comunidade atingida, que tem intrinsecamente naquele espaço territorial o reflexo de sua própria vida, seja na realidade presente, dos anseios futuros ou das gerações passadas, através do

tempo, que não se pode medir em ações ou modificações em qualquer outro lugar onde se insiram. Ela é parte permanente daquele lugar. Seu assentamento via realocação é apenas uma tentativa de minimizar, mesmo que substancialmente, as suas perdas. Neste sentido é importante salientar a definição de território de Saquet (2007, p.172):

Território é uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, material, relacional, ideário, uno e múltiplo, devendo o mesmo abordar as dimensões: econômica, política e cultural não deixando de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder. As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a desterritorialidade e as novas territorialidades. Por isso, é necessário contextualizar estes processos em cada momento, período e lugar, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização ou, de desre-territorialização.

Dentro deste contexto é perceptível que as ações de poder contribuíram para a des-territorialização dos ribeirinhos de seu território de origem, ocasionando perdas irreversíveis, desconsiderando o fluxo natural da relação, cultura, natureza, política e economia. Para o entendimento da questão espacial e territorial, vale discutir quais os impactos sócios territoriais que afetaram e continuam afetando esta comunidade, dando ênfase às perdas atribuídas e dificuldades ocasionadas pela ocupação de um novo território e pelas condições materiais necessárias à subsistência humana no assentamento, que foram modificadas, relacionadas à habitação, trabalho e renda, saneamento básico, aspectos culturais, educacionais, opções de lazer e organização sócio política.

A priori o que se pode relatar a respeito do novo território, da comunidade atingida e das perdas é que as primeiras observações demonstram uma comunidade carente, com pendências históricas e culturais que em suma são crônicos. No Assentamento rural as relações sociais parecem estar muito mais ligadas ao antigo território, em entrevista com uma moradora, percebe-se que o sentimento de perda e o apego ao rio ainda é muito forte. A senhora, relata que grande parte do seu cotidiano foi modificado, uma vez que o novo território apresenta características diferentes do antigo.

No Assentamento as casas são geograficamente longínquas e a interação dos moradores não se dá como antigamente uma vez que a identidade de um grupo rural e seus símbolos é construída na própria relação com a terra como instrumento de trabalho, esta possibilidade como relatou à entrevistada, é um fator de grande dificuldade, pois o

novo solo é segundo ela “ruim” e não apresenta grandes possibilidades de plantio e cultivo, além de ser um terreno arenoso, seco, não possui água potável. O relato da moradora aponta uma perda significativa para os atingidos. A falta de água. *“Aqui tem dia que o caminhão pipa vem e abastece, tem dias que num vem e assim as plantas seca e os animais não bebe, os jovens sente falta do banho de rio”*. No deslocamento desta população, as condições para o desenvolvimento do modo de produção e de vida a que se habituaram se perderam.

OS IMPACTOS SÓCIOS TERRITORIAIS OCASIONADOS PELO EMPREENDIMENTO ENERGÉTICO NA REGIÃO

Entendendo que a matriz energética adotada pelo país é impactante do ponto de vista ambiental, social, cultural e educacional a construção da UHE-Estreito implicou em problemas para a comunidade da zona rural da Ilha de São José e todo o contexto histórico destas famílias atingidas, que se perdeu significativamente com a construção do empreendimento energético.

À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens, cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza, natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada dentro dos anseios do desenvolvimento econômico (SANTOS, 1996, p. 51).

O consórcio Empreendedor CESTE buscou elaborar e implementar medidas compensatórias de assentamento e/ou indenizações para a população afetada, porém a comunidade sofreu perdas sociais, econômicas e na educação dos filhos, haja vista que a comunidade escolar teve uma ruptura espacial e foi deslocada para outra área. A prefeitura, órgão mantenedor do município de Babaçulândia cumpriu a função de negociar com os grupos responsáveis pela construção da Usina Hidrelétrica acerca destes efeitos e impactos, ficando de, juntamente com o Consórcio CESTE, elaborar projetos e ações que minimizassem estes impactos, geográficos, sociais e educacionais.

De fato houve uma tentativa do órgão público de reduzir os efeitos da des-territorialização, ampliando a escola pública e ofertando transporte escolar para atender a comunidade escolar atingida. Na área social, embora a pesquisa esteja em andamento, foi possível observar a manifestação do município em tentar intervir nas negociações com

o Consórcio CESTE para construção de poços artesanais. Porém, estas medidas ainda não atendem os anseios da comunidade.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar Haesbaert, (2004, p. 3).

A interferência drástica no modo de vida de uma comunidade através da construção de uma hidrelétrica implica em efeitos sociais e impactos territoriais. A hidrelétrica é o ponto delimitador entre as histórias passadas e o presente da mesma, reescrevendo dentro de um novo território as novas perspectivas futuras, excluindo-se antigos hábitos e estabelecendo-se outros.

[...] os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. (HAESBAERT, 2004, p. 3)

Neste sentido, a mudança estabelecida no meio natural, através das ações políticas que criam empreendimentos energéticos, deve ser avaliada e discutida para assim compreender as intervenções e os efeitos ocasionados na comunidade atingida, no intuito de tornar eficaz o pensar social, as práticas e os impactos socioterritoriais desta realocação e estabelecer ações futuras que minimizem estes efeitos, considerando que a totalidade destes empreendimentos envolvem questões que interferem no modo de viver, pensar, agir, interagir e ainda na educação dos mesmos, pois a educação segundo Neto e Alves (2008, p. 2) “é um tema que tem ganhado relevo nos últimos anos, nos meios científicos, políticos, na mídia e nos espaços sociais em geral”. Concomitante a isso, Pascoal, (2004, p. 38) afirma que:

O discurso sobre educação passou a ser o discurso de todo o mundo, não apenas dos educadores”. O papel do processo educacional vem sendo abordado por diversos ângulos, destacando-se os esforços em associá-lo ao fenômeno do desenvolvimento dos territórios, contribuindo para a superação de problemas socioambientais em diferentes realidades localizadas e para a emergência de novas dinâmicas sócias econômicas.

Pensando dessa forma, é relevante entender as questões educacionais numa perspectiva social, dentro do contexto da dissertação de mestrado, a fim de levar a reflexão, a sociedade civil organizada, órgãos públicos e poderes público municipal, estadual e federal fazendo-os lançar luz da valorização das vivências particulares dos indivíduos frente às diferentes exigências do contexto social no qual está inserido.

Os anseios de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito surgiram ainda no ano de 2001, onde iniciaram os estudos de revisão das características técnicas da UHE Estreito - Maranhão, definindo localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento. Partindo de todas as fases específicas de elaboração e execução do projeto, ocorreu no ano de 2010 a conclusão da obra, sendo posteriormente realizada a formação do lago no ano de 2012.

O percurso da área alagada do Rio Tocantins atingiu a cidade de Babaçulândia-Tocantins e a comunidade da área rural Ilha de São José, havendo a necessidade de esta população ribeirinha ser realocada no assentamento Baichão, nova área para assentamento dos atingidos determinada pelo Consórcio CESTE.(Consórcio Estreito Energia), formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito). Sendo também responsável por solucionar as problemáticas e traçar as adequações sociais necessárias para a comunidade atingida. Acredita-se que além dos impactos ambientais que o empreendimento ocasionou, a comunidade rural atingida da Ilha de São José sofreu com os impactos socioterritoriais advindos desta mudança espacial.

Silva R. e Silva P. (2011) relatam que foi a partir do final do século XIX, que as usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil, através de investimentos privados. Esta necessidade energética foi devido à demanda que havia no país. No entanto foi entre os anos 1930 e 1980, através de investimentos públicos diretos do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, apoiados pelas novas tecnologias da engenharia e pela demanda, que houve uma consolidação da oferta de energia. Posteriormente, a partir dos anos 2000, através das políticas de privatização, com transferência para as empresas privadas, através de concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada pudesse explorar as usinas, com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas, houve um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos no setor.

Dentro da perspectiva de busca pelo desenvolvimento econômico e social, há uma tendência da sociedade local e da pesquisadora de analisar em detalhes os aspectos técnicos da ocupação territorial. Contudo, não há formulação, de forma mais ampla, de observações em relação à população afetada dentro deste espaço geográfico já ocupado, mesmo aquilo que observado como fundamental não é visto como um todo.

Por vezes, desconsideram-se as pessoas ou o que está no entorno delas com ações superficiais ou inconsistentes a uma nova realidade, muitas vezes excluindo-se fatores relevantes a esta necessidade de adaptação, não levados em conta, apesar da importância visível para os ribeirinhos, buscando-se apenas adaptar esta população a uma nova arquitetura de lugar ao mero interesse estatal ou político, pelo anseio de desenvolvimento ou ganhos econômicos que a construção de uma usina hidrelétrica proporciona.

As usinas hidrelétricas são parte de uma necessidade de desenvolvimento de um país que precisa crescer economicamente e suprir a demanda energética da sociedade, as multinacionais estão engajadas em projetos de grandes proporções, que buscam o progresso e que apoiadas pela evolução tecnológica vão desconstruindo áreas naturais de florestas e comunidades com suas histórias, crenças, educação e seus saberes para dar lugar a uma nova dinâmica espacial e social, fazendo com que as comunidades atingidas sofram perdas econômicas, culturais.

Pela observação *in loco* percebeu-se que as famílias visitadas até o momento, têm uma lembrança muito forte do rio, dos costumes e tradições do antigo território, e um apego emocional visível a sua vida anterior. O território para os atingidos faz parte das suas vidas, histórias, lembranças e crenças. São perdas que nos relatos iniciais é presença marcante e ao longo da realização da pesquisa procurar-se-á esclarecer. No sentido de busca pelo desenvolvimento, cabe destacar o que já apontava Castells (2003, p.86):

[...] o desenvolvimento tecnológico está gerando um novo modelo de relacionamento entre, relações de propriedade e relações de produção e apropriação de riqueza. Há áreas de cooperação, e a apropriação comum, ligadas a áreas competição e apropriação privada. Embora ainda sejam embrionárias, talvez essas tendências prenciem uma profunda transformação da lógica social da inovação, da produtividade e do crescimento econômico. O território é planejado/produzido diante das intencionalidades e interesses de apropriação e domínio das distintas classes sociais.

Não se devem desassociar as pessoas do espaço que ocupam. O espaço, apesar de mutável, é parte das vivências, seja na história pessoal ou coletiva da vida de uma

população, que traz consigo momentos individuais e compartilhados que não se pode medir e nem ponderar com ações.

Com este assentamento houve a necessidade de toda a comunidade deixar suas moradias e enfrentar, problemas sócio territoriais como principalmente a falta do rio, das terras produtivas e da ruptura educacional em que alunos e servidores da Escola Municipal Valdivino Paixão, foram transferidos para outra unidade escolar. É importante frisar que a escola representa a identificação cultural da dinâmica de uma sociedade, como bem citou Silva (2009, p. 4):

[...] A instituição escolar é perpassada por significativos elementos culturais, compostos por símbolos, rituais e códigos específicos de uma determinada sociedade, que induzem a relações peculiares e coerentes com a história social constituída.

Isto significa que as demandas que a comunidade local apresenta possuem uma essência própria dos moradores que a compõe, exigindo respostas diferenciadas, que não fujam a essa essência. As unidades escolares fornecem um serviço imprescindível ao desenvolvimento humano. A escola pública, em especial, ganha relevo nessa forma de atuação. Uma comunidade se estabelece pela comunicação corporal, afetiva e social com os elementos do espaço geográfico, cada indivíduo tem uma leitura própria de tudo que o cerca, e traz consigo os acontecimentos e mudanças ocorridas naquele espaço ao longo dos anos. Contudo, procurar-se-á investigar se a nova escola considerou a ruptura espacial dos educandos, com sua cultura e saberes próprios.

Berta Becker (2004) enfatizou ser impossível compreender o que se passa num lugar e, conseqüentemente conceber e implementar políticas públicas adequadas, sem considerar os interesses e as ações conflituosas das diferentes escalas geográficas. A colonização dos espaços sem respeito às diferenças sociais e ecológicas, ocasionam efeitos extremamente irreversíveis, diminuindo inclusive, gêneros de vida e saberes tradicionais historicamente construídos. Grande parte da ação humana tem ocasionado conseqüências imutáveis na natureza e, conseqüentemente, na vida do homem que procura, através de benefício próprio, transformar o meio em que se vive na busca por melhorias da qualidade de vida para uns e, de uma forma singular, impactar a vida e meio natural de subsistência de outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura bibliográfica, conclui-se que a imersão do território da comunidade rural Ilha de São José no lago do Rio Tocantins ocasionou a desconstrução espacial de uma comunidade. Acredita-se que o assentamento em nova área, além das dúvidas, medos e anseios inerentes à ação e dos impactos ambientais já amplamente abordados em estudos relacionados à construção de Usinas Hidrelétricas, em território ocupado por populações ribeirinhas, acarretam efeitos sócios territoriais que devem ser identificados para que se possam estabelecer ações que visem minimizá-los.

Outrossim, vale destacar que o capitalismo, apesar de fluir na idéia contemporânea como uma forma de crescimento e desenvolvimento, traz também aspectos negativos relacionados à maior preocupação em angariar recursos, a falta de conscientização do homem e dos espaços em que vivem e à exclusão de etnias sociais. Apesar da produção de energia elétrica vir a beneficiar a população, esta mesma produção vem ocasionar problemas socioambientais que, em suma, são irreparáveis e reorganizam os espaços sob a ótica de interesses.

O progresso ocasiona benefícios e transtornos. Neste sentido, é fundamental conhecer os efeitos socioterritoriais ocasionados pela construção da Hidrelétrica de Estreito na comunidade atingida, para que através deste conhecimento seja possível o desenvolvimento de parâmetros pontuais a cada realidade social e que venham contribuir para minimizar os transtornos e impactos ocasionados nas áreas sociais e educacionais da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. *Amazônia - geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=o6A73LJ17x8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false, Acesso em: abr.2016.

CASTELLS, Manuel. Negócios eletrônicos e a nova economia; A geografia da internet: lugares em rede. In. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 56-97; p. 170-202.

CESTE, Consórcio Estreito - *Usina Hidrelétrica Estreito*. Disponível em: <http://www.uhe-estreito.com.br/>. Acesso em: mar. 2016.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.196p.

FAZENDA, Ivani. *A Interdisciplinaridade: Um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1993.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: abr.2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 11ª Reimpressão, 2008.

NETO, Raimundo Cordeiro; ALVES, Christiane Luci. *A relação entre escola e território na promoção do desenvolvimento local: implicações para as políticas educacionais*. Unifacet- Franca - São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1988.

PASCOAL, M. *Qualidade de vida e educação*. Revista de Educação PUC – Campinas. Campinas, n. 17, p. 37-45, novembro 2004.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p.121.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre da. *Os processos de dominação na escola pública*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. P. *Os Atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos d'água em Uberlândia-MG*. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 397-408, set./dez. 2011.